Relatório da Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social – CTEACOM

Data da reunião: 02 de julho de 2026

Tipo de Reunião: (. .) Ordinária (.X.) Extraordinária

Pauta da reunião:

1 - Programação VII Fórum da Sociedade Civil
2 - Pré-FAJ
3 - Programação XI Fórum Água e Juventudes

Coordenador: Thayná Fernandes
Coordenador Adjunto: Thièrs Wilberger

Relator: Thiago Cardoso

Componentes Presentes:

Thayná Fernandes	Movimento S.O.S. Praia do Pecado
Marcelo Acha	Associação dos G. Ambientais de Nova Friburgo
Letícia Santos	Associação Raízes
Leideane Freire	Instituto Bioacqua
Abdo Gavinho	Instituto Visão Social

Convidados:

Maria Inês Ferreira	IFF Macaé
Isis Bezerra	CILSJ
Thiago Cardoso	CILSJ
Sara Andrade	Associação Raízes
Marianna Cavalcante	CILSJ
Bruna Jobim	INEA

RELATÓRIO

Para facilitar a visualização, os números nos parágrafos correspondem aos números dos itens de pauta.

1 - A Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação (CTEACOM) iniciou o debate referente à organização da programação do VII Fórum da Sociedade Civil, considerado pelos membros como uma das principais ações de fortalecimento da participação popular na gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras. O debate teve como objetivo definir a temática central do evento, estabelecer os conteúdos que deverão compor sua programação, debater estratégias de mobilização dos participantes e identificar as demandas operacionais necessárias para sua realização.

O debate foi conduzido pela Sra. Thayná, que propôs iniciar os trabalhos com a leitura da Carta do VI Fórum da Sociedade Civil. Segundo ela, o documento permitiria relembrar os

1 - encaminhamentos aprovados na edição anterior do evento e serviria como ponto de partida para avaliar quais ações efetivamente avançaram ao longo do último ano e quais ainda permaneciam pendentes. A proposta foi acolhida pelos presentes, entendendo-se que o VII Fórum deveria dar continuidade ao processo iniciado na edição anterior, evitando que as deliberações produzidas permanecessem apenas no campo das intenções.

Durante a análise da Carta, foi destacado que o principal resultado concreto obtido após o VI Fórum foi a criação do Grupo de Trabalho Movimentos e Coletivos, concebido para ampliar a participação da sociedade civil organizada, especialmente daqueles grupos que não possuem personalidade jurídica ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Os participantes reconheceram que a criação desse Grupo de Trabalho representou uma inovação importante no âmbito dos Comitês de Bacia do país, por abrir espaço institucional para coletivos, movimentos comunitários e outras formas de organização popular tradicionalmente excluídas dos processos formais de representação.

Entretanto, apesar do avanço institucional proporcionado pela criação do GT, a Sra. Thayná Fernandes observou que o grupo ainda não havia alcançado o nível de participação esperado. Destacou que, passados vários meses desde sua criação, não houve adesão de novos integrantes, demonstrando que a simples existência do Grupo de Trabalho não seria suficiente para garantir sua efetiva implementação. Em sua avaliação, o VII Fórum deveria assumir o papel de instrumento de mobilização social, apresentando o GT à sociedade, esclarecendo seus objetivos e estimulando a participação de movimentos e coletivos interessados em contribuir para a gestão das águas.

Na sequência, a Sra. Maria Inês Ferreira manifestou o entendimento de que a prioridade do próximo Fórum deveria ser justamente consolidar o GT Movimentos e Coletivos. Ressaltou que o Comitê da Região Hidrográfica Macaé e das Ostras tornou-se o primeiro Comitê de Bacia do Brasil a criar um espaço institucional voltado à participação de grupos sem CNPJ, possibilitando que organizações populares, coletivos e movimentos sociais passassem a integrar os debates sobre recursos hídricos. Segundo a conselheira, essa inovação precisava ser amplamente divulgada, pois muitos dos potenciais interessados sequer tinham conhecimento da existência do Grupo de Trabalho.

A Sra. Maria Inês Ferreira destacou ainda que muitos segmentos da sociedade civil permanecem afastados dos espaços de decisão porque desconhecem o funcionamento dos Comitês de Bacia, não compreendem seus mecanismos de participação ou não possuem estrutura jurídica para ocupar as vagas previstas na composição oficial do colegiado. Assim, avaliou que o GT representa uma oportunidade inédita para aproximar esses grupos da gestão das águas, razão pela qual o VII Fórum deveria concentrar esforços em sua divulgação e fortalecimento.

Em continuidade aos debates, iniciou-se um amplo debate sobre a definição da temática do evento. A Sra. Thayná Fernandes ponderou que a temática deveria refletir os desafios atuais da participação social na governança das águas, permitindo debater não apenas a existência do Grupo de Trabalho, mas também os obstáculos enfrentados por movimentos, coletivos e organizações comunitárias para participar das decisões relacionadas aos recursos hídricos.

1 - A partir dessa reflexão, foram apresentadas diversas sugestões de tema. Inicialmente debateu-se a utilização da expressão "Movimentos e Coletivos na Governança das Águas". Posteriormente, buscando ampliar o alcance da proposta, a Sra. Leideane Freire sugeriu que o termo "movimentos sociais" fosse incorporado ao título, entendendo que essa nomenclatura seria mais facilmente reconhecida pela população e facilitaria a identificação do público que se pretendia alcançar.

A Sra. Thayná Fernandes ponderou que nem todos os coletivos existentes na região podem ser classificados como movimentos sociais. Como exemplo, mencionou grupos de trabalhadores do turismo ecológico que vêm se organizando coletivamente para atuar em unidades de conservação, grupos de pesca esportiva e outras organizações comunitárias que, embora possuam atuação coletiva e relevante interesse público, não se identificam como movimentos sociais nem possuem estrutura formalizada.

Corroborando essa análise, a Sra. Maria Inês Ferreira observou que diversos coletivos existentes na região surgem como estratégia de geração de renda e fortalecimento comunitário, citando como exemplo o coletivo de bordadeiras e outros grupos produtivos organizados espontaneamente pelas comunidades locais. Ressaltou que esses grupos exercem importante papel social e territorial, mas não se enquadram necessariamente na categoria de movimento social. Alertou, portanto, que restringir a temática apenas aos movimentos sociais poderia transmitir uma mensagem de exclusão justamente para aqueles coletivos que o GT pretende aproximar do Comitê.

Outro aspecto levantado pela Sra. Maria Inês Ferreira foi a necessidade de cautela quanto ao uso da expressão "fortalecimento dos movimentos sociais". Em razão do período eleitoral e da natureza institucional do Comitê de Bacia, a conselheira entendeu que a programação deveria concentrar-se no fortalecimento da participação social e da governança das águas, evitando interpretações que pudessem sugerir apoio institucional a determinados movimentos políticos ou partidários. Assim, propôs que o foco permanecesse nos desafios da participação dos movimentos sociais, preservando a neutralidade institucional do Comitê.

Após amplo debate, consolidou-se o entendimento de que a temática deveria preservar o nome oficial do Grupo de Trabalho e, simultaneamente, contemplar os desafios enfrentados pelos movimentos sociais para participar dos espaços de gestão. A proposta que reuniu maior consenso foi "Movimentos e Coletivos na Governança das Águas: desafios para a participação dos movimentos sociais", considerada suficientemente abrangente para representar a diversidade de atores que se pretende envolver.

Outro ponto amplamente debatido foi a necessidade de incluir na programação do Fórum uma apresentação detalhada sobre a Resolução que instituiu o GT Movimentos e Coletivos. A Sra. Leideane Freire sugeriu que o evento servisse também para debater possíveis aperfeiçoamentos na norma, especialmente quanto aos critérios para identificação e participação dos coletivos.

A Sra. Maria Inês Ferreira esclareceu que já existe uma Resolução disciplinando o funcionamento do Grupo de Trabalho, mas concordou que o Fórum representa o espaço mais

1 - adequado para submetê-la à avaliação da própria sociedade civil. Propôs que as contribuições produzidas durante o evento fossem posteriormente encaminhadas à Câmara Técnica para subsidiar eventual revisão da norma e, posteriormente, deliberação pela Plenária do Comitê.

A Sra. Thayná Fernandes reforçou que esse debate contribuiria também para ampliar o conhecimento da sociedade sobre o funcionamento interno do Comitê de Bacia. Observou que muitos participantes desconhecem como são elaboradas as Resoluções, o papel das Câmaras Técnicas, dos Grupos de Trabalho e da Plenária, circunstância que acaba dificultando sua permanência após os eventos. Assim, sugeriu que a programação contemplasse um momento específico para explicar o funcionamento institucional do Comitê, favorecendo uma participação mais consciente e qualificada.

Durante a reunião também foram debatidas estratégias para ampliar a mobilização do público. A Sra. Leideane Freire sugeriu que cada integrante da Câmara Técnica realizasse um levantamento dos movimentos, coletivos e organizações existentes em sua região de atuação, identificando lideranças e disponibilizando seus contatos à Secretaria Executiva. Segundo ela, essa estratégia permitiria realizar convites direcionados, alcançando grupos que normalmente não participam das atividades do Comitê e que dificilmente tomariam conhecimento do evento apenas por meio das divulgações institucionais.

A proposta foi prontamente acolhida pela Sra. Thayná, que acrescentou ser fundamental que os convites contemplassem não apenas movimentos sociais tradicionais, mas também coletivos ambientais, grupos comunitários, organizações ligadas ao turismo sustentável, pescadores, coletivos culturais, grupos de mulheres, associações informais e demais iniciativas populares que atuam diretamente sobre o território e mantêm relação com os recursos hídricos.

Além das estratégias de mobilização, foram identificadas demandas administrativas para viabilizar a realização do evento. Os participantes destacaram a necessidade de que a Secretaria Executiva providencie as contratações necessárias para garantir a infraestrutura do VII Fórum da Sociedade Civil, compreendendo os serviços de apoio logístico, organização, recepção, equipamentos audiovisuais, alimentação, materiais de apoio, registro fotográfico, divulgação e demais estruturas indispensáveis ao adequado desenvolvimento da programação, observando as definições que serão consolidadas pela Câmara Técnica.

Ao final do debate, ficou encaminhado que a programação do VII Fórum deverá contemplar a apresentação dos resultados alcançados desde o VI Fórum, a leitura e contextualização da Carta produzida na edição anterior, a apresentação da Resolução de criação do GT Movimentos e Coletivos, debates sobre governança das águas, participação social e funcionamento do Comitê de Bacia, além da realização de debates destinadas a colher propostas para aperfeiçoar o Grupo de Trabalho e ampliar a presença de movimentos e coletivos nos processos decisórios.

2 - Na sequência da reunião, a Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação passou a debater a organização do Pré-Fórum da Água e Juventude (Pré-FAJ), atividade concebida como etapa preparatória ao Fórum da Água e Juventude (FAJ). Logo no início da apresentação, foi esclarecido que o Pré-FAJ não deveria ser compreendido apenas como uma atividade preparatória

2 - para o Fórum, mas como uma ação de educação ambiental continuada, capaz de proporcionar aos estudantes um processo de aprendizagem participativo, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico, o protagonismo juvenil e o sentimento de pertencimento em relação ao território onde vivem.

Os participantes destacaram que um dos principais objetivos da proposta consiste em fazer com que os jovens deixem de ser apenas ouvintes durante o Fórum e passem a atuar como sujeitos ativos na construção dos debates e das propostas relacionadas à gestão dos recursos hídricos.

Durante a exposição, foi informado que a Secretaria Executiva havia realizado um chamamento junto às instituições de ensino da Região Hidrográfica, através da publicação do formulário de interesse das escolas, buscando identificar as instituições interessadas em participar da iniciativa. Como resultado dessa mobilização inicial, aproximadamente dez unidades escolares manifestaram interesse em integrar o projeto, demonstrando receptividade da rede de ensino à proposta apresentada.

Os membros explicaram que a proposta metodológica foi estruturada para que as atividades fossem desenvolvidas diretamente nas escolas, evitando que os estudantes tivessem contato apenas com conteúdos expositivos. A intenção seria promover oficinas participativas, dinâmicas coletivas e atividades de construção do conhecimento que permitissem aos jovens compreender a relação entre os recursos hídricos, o território, os problemas ambientais locais e o papel desempenhado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.

Nesse contexto, foi destacado que a metodologia buscava privilegiar a troca de experiências entre os próprios estudantes, incentivando a identificação dos problemas existentes em seus municípios e estimulando a elaboração de propostas capazes de contribuir para a conservação das águas. A expectativa era de que esse processo favorecesse uma participação mais qualificada durante o Fórum da Água e Juventude, permitindo que os representantes das escolas chegassem ao evento já familiarizados com os principais conceitos relacionados à gestão participativa das águas.

Os participantes também ressaltaram que um dos diferenciais do Pré-FAJ seria sua capacidade de contextualizar os debates a partir da realidade vivenciada pelos próprios estudantes. Em vez de abordar exclusivamente conteúdos teóricos, a proposta prevê que os jovens analisem os corpos hídricos existentes em seus municípios, identifiquem conflitos relacionados ao uso da água, reflitam sobre problemas ambientais presentes em suas comunidades e proponham soluções que possam futuramente subsidiar os debates realizados pelo Comitê de Bacia.

Durante o debate, também foi ressaltada a importância da participação dos professores e das equipes pedagógicas das escolas. Os membros da Câmara Técnica observaram que o envolvimento dos educadores seria fundamental para garantir a continuidade dos debates após a realização das oficinas, permitindo que os conteúdos relacionados à gestão das águas fossem incorporados às atividades desenvolvidas em sala de aula e fortalecendo o caráter permanente da educação ambiental.

Outro ponto considerado relevante foi a necessidade de estabelecer uma articulação eficiente entre o comitê, as direções escolares e os professores responsáveis pelo

2 - acompanhamento das turmas. Os participantes entenderam que essa integração seria essencial para organizar os cronogramas de visita, compatibilizar as atividades com o calendário escolar e assegurar que todas as escolas participantes recebessem as mesmas orientações metodológicas.

Ainda durante essa etapa do debate, foi ressaltado que o Pré-FAJ não deveria limitar-se à preparação dos estudantes para um único evento, mas constituir um processo de formação voltado ao fortalecimento da participação juvenil na gestão ambiental. Os participantes defenderam que a experiência adquirida pelos jovens durante as oficinas poderia estimular seu envolvimento em outras iniciativas promovidas pelo Comitê de Bacia, ampliando a participação das novas gerações nos espaços de governança dos recursos hídricos.

À medida que a proposta metodológica era apresentada, surgiram diversos questionamentos por parte dos membros da Câmara Técnica, especialmente quanto aos critérios para seleção das escolas participantes, à abrangência territorial do projeto, à logística necessária para sua execução e à metodologia de escolha dos estudantes que representariam suas instituições no Fórum da Água e Juventude. Esses temas passaram a ocupar grande parte dos debates subsequentes, dando origem a um amplo debate sobre a forma mais adequada de garantir representatividade, equidade e efetividade ao processo de mobilização da juventude na Região Hidrográfica Macaé e das Ostras.

No decorrer da reunião, tornou-se evidente que o sucesso do Pré-FAJ dependeria não apenas da qualidade das oficinas propostas, mas também da capacidade de integrar escolas, educadores, estudantes, Secretaria Executiva e Comitê de Bacia em um processo contínuo de formação e participação social, consolidando o evento como um instrumento permanente de educação ambiental e fortalecimento da governança das águas.

Na continuidade da apresentação da proposta metodológica do Pré-Fórum da Água e Juventude (Pré-FAJ), a Câmara Técnica aprofundou os debates sobre a forma de implementação do projeto, especialmente quanto aos critérios para definição das escolas participantes, à abrangência territorial da iniciativa e à necessidade de garantir que o processo representasse, de maneira equilibrada, toda a Região Hidrográfica Macaé e das Ostras.

Durante o debate, a equipe da Secretaria Executiva informou que o levantamento inicial indicava a manifestação de interesse de aproximadamente dez instituições de ensino. Entretanto, foi esclarecido que a intenção não é restringir a participação apenas às escolas que responderam prontamente ao chamamento, mas ampliar gradativamente o alcance do projeto, respeitando as limitações operacionais e orçamentárias existentes.

Nesse momento, iniciou-se um amplo debate acerca da abrangência territorial do Pré-FAJ. Alguns participantes chamaram atenção para situações envolvendo escolas localizadas fora dos limites geográficos da Região Hidrográfica, mas que atendem estudantes residentes em municípios pertencentes à RH VIII. A questão suscitou dúvidas quanto à possibilidade de essas instituições integrarem o projeto, uma vez que, embora não estejam fisicamente inseridas na bacia hidrográfica, atendem um público diretamente relacionado ao território de atuação do Comitê.

O debate foi aprofundada pela Sra. Maria Inês, que ponderou que o principal objetivo do Pré-FAJ é formar jovens capazes de compreender os problemas ambientais da Região Hidrográfica e participar ativamente da gestão das águas. Assim, defendeu que a análise deveria

2 - levar em conta a realidade dos estudantes e sua vinculação com o território, evitando soluções excessivamente restritivas que pudessem limitar o alcance da iniciativa.

Outros participantes observaram que a atuação institucional do Comitê possui limites territoriais definidos pela legislação, razão pela qual seria necessário estabelecer critérios objetivos quanto a escolas situadas fora dos limites da RH VIII. Argumentou-se que qualquer ampliação da participação para além da área de atuação do Comitê deveria estar tecnicamente fundamentada e devidamente justificada, preservando a segurança jurídica da iniciativa.

A partir dessas ponderações, consolidou-se o entendimento de que a seleção das escolas deveria observar, prioritariamente, sua inserção na Região Hidrográfica Macaé e das Ostras, sem prejuízo de avaliações específicas em situações excepcionais, especialmente quando houver estudantes residentes na área de atuação do Comitê e quando a participação contribuir efetivamente para os objetivos educacionais do projeto.

Na sequência, os membros da Câmara Técnica passaram a debater a forma de execução das oficinas do Pré-FAJ. A equipe técnica explicou que a proposta metodológica prevê a realização de atividades diretamente nas escolas, permitindo que cada unidade desenvolva seus debates a partir da realidade socioambiental do município onde está inserida. Essa estratégia foi considerada mais eficiente do que a realização de encontros centralizados, pois reduz custos de deslocamento, amplia o número de estudantes alcançados e favorece a integração das atividades ao cotidiano escolar.

Foi ressaltado que a metodologia pretende estimular o protagonismo juvenil durante todo o processo formativo. Em vez de limitar os estudantes à condição de ouvintes, as oficinas deverão incentivar a construção coletiva do conhecimento, promovendo debates, trabalhos em grupo, levantamento de problemas locais e elaboração de propostas que posteriormente poderão subsidiar os debates realizados durante o Fórum da Água e Juventude.

Outro aspecto amplamente debatido foi a necessidade de garantir uniformidade metodológica entre todas as escolas participantes. Os membros da Câmara Técnica observaram que, embora cada município apresente características próprias, seria importante que todas as oficinas seguissem uma estrutura mínima comum, assegurando igualdade de oportunidades aos estudantes e permitindo que os resultados produzidos em cada unidade escolar pudessem ser posteriormente comparados e consolidados.

Também foi debatida a necessidade de envolver diretamente os professores durante a execução do projeto. Os participantes defenderam que a presença dos educadores não deveria limitar-se ao acompanhamento das turmas, mas estender-se à participação ativa nas atividades, permitindo que os conteúdos trabalhados durante o Pré-FAJ fossem posteriormente aprofundados em sala de aula e integrados às práticas pedagógicas das instituições de ensino.

Durante os debates, ficou evidente a preocupação da Câmara Técnica em fazer com que o Pré-FAJ produza efeitos permanentes, evitando que as atividades se resumam a um evento isolado. Diversos participantes destacaram que o projeto deve funcionar como uma ferramenta contínua de educação ambiental, fortalecendo o vínculo entre as escolas e o Comitê de Bacia e estimulando a participação da juventude em outras ações desenvolvidas pelo colegiado.

2 - Outro tema que recebeu atenção foi a logística necessária para execução das oficinas. Considerando a distribuição geográfica das escolas participantes, os membros da Câmara Técnica reconheceram que será indispensável um planejamento detalhado dos deslocamentos, da disponibilidade das equipes técnicas, da compatibilização com o calendário escolar e da organização dos materiais didáticos que serão utilizados durante as atividades.

Ao final dessa etapa da reunião, consolidou-se o entendimento de que o sucesso do Pré-FAJ dependerá da combinação entre uma metodologia participativa, critérios transparentes de seleção das escolas, adequada articulação institucional com as redes de ensino e eficiente planejamento operacional.

Prosseguindo com o debate sobre a estrutura metodológica do Pré-Fórum da Água e Juventude (Pré-FAJ), a Câmara Técnica passou a analisar os instrumentos pedagógicos que serão utilizados durante as oficinas e a forma como os estudantes serão preparados para participar do Fórum da Água e Juventude (FAJ). Nesse momento da reunião, o debate concentrou-se especialmente na utilização da cartografia social como ferramenta metodológica, na definição dos critérios para escolha dos estudantes representantes das escolas e na necessidade de assegurar que todo o processo seja pautado pela participação democrática e pela valorização das diferentes realidades existentes na Região Hidrográfica Macaé e das Ostras.

A equipe da Secretaria Executiva explicou que a proposta metodológica prevê a utilização da cartografia social como instrumento de construção coletiva do conhecimento. Foi esclarecido que essa metodologia permitirá aos estudantes representar seus territórios a partir de suas próprias percepções, identificando rios, córregos, lagoas, nascentes, áreas de preservação, locais sujeitos à degradação ambiental, problemas relacionados ao saneamento básico, ocupações irregulares, áreas de risco, conflitos envolvendo o uso da água e demais aspectos que interferem diretamente na qualidade dos recursos hídricos.

Os participantes destacaram que a cartografia social difere significativamente da cartografia convencional, pois não busca apenas representar elementos físicos do território, mas registrar a forma como os próprios moradores percebem e vivenciam o ambiente em que estão inseridos. Dessa forma, os mapas produzidos pelos estudantes deverão refletir suas experiências cotidianas, seus conhecimentos locais e a maneira como compreendem os problemas ambientais presentes em suas comunidades.

Foi destacado que essa devolutiva representa uma etapa importante do processo pedagógico, pois permite aos estudantes perceber que o conhecimento produzido por eles será efetivamente considerado nos debates do Fórum, valorizando sua participação e fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território.

Na sequência, a Câmara Técnica passou a debater os critérios para definição dos estudantes que representarão suas escolas durante o Fórum da Água e Juventude. A equipe técnica esclareceu que o objetivo não é selecionar apenas alunos com melhor desempenho escolar ou maior facilidade de comunicação, mas identificar estudantes que tenham efetivamente participado das oficinas e demonstrado interesse em contribuir com os debates relacionados à gestão das águas.

2 - Os participantes ressaltaram que a escolha dos representantes deverá ocorrer de forma transparente e participativa, evitando indicações exclusivamente administrativas pelas direções escolares. Defendeu-se que os próprios estudantes tenham oportunidade de participar do processo de escolha, fortalecendo o exercício da democracia e estimulando o protagonismo juvenil, princípios que orientam toda a proposta do Pré-FAJ.

Durante esse debate, também foi debatida a importância de garantir diversidade entre os representantes escolhidos pelas escolas. Os membros da Câmara Técnica observaram que a composição das delegações deve buscar contemplar diferentes perfis de estudantes.

Ao longo do debate, também foram levantadas preocupações relacionadas à capacidade operacional para execução das atividades previstas. A equipe da Secretaria Executiva apresentou os desafios logísticos envolvidos na realização das oficinas em todas as escolas participantes, considerando fatores como disponibilidade de facilitadores, deslocamentos entre municípios, compatibilização das agendas escolares e necessidade de produção de materiais pedagógicos. Em razão dessas limitações, foi debatida a a possibilidade de organizar um cronograma escalonado de execução, distribuindo as atividades ao longo do período preparatório para garantir a qualidade metodológica de cada oficina.

Ainda durante essa etapa da reunião, foi debatida a importância de manter permanente articulação entre a Secretaria Executiva, a Câmara Técnica, o Grupo de Trabalho Juventude e as instituições de ensino. Os participantes entenderam que o acompanhamento contínuo permitirá realizar ajustes metodológicos sempre que necessário, solucionar dificuldades identificadas durante a execução das oficinas e assegurar que todas as escolas recebam tratamento isonômico.

Como encaminhamento, ficou definido que a Secretaria Executiva dará prosseguimento aos ajustes na metodologia do Pré-FAJ, incorporando as contribuições apresentadas durante a reunião. Também ficou acordado que serão mantidos os contatos com as escolas interessadas, promovidos os alinhamentos necessários com as equipes pedagógicas e elaborado o cronograma definitivo das oficinas, observando a capacidade operacional disponível e as especificidades de cada município. Por fim, a Câmara Técnica reiterou que o êxito do Pré-FAJ dependerá da atuação integrada entre Comitê de Bacia, instituições de ensino, educadores e estudantes, consolidando a iniciativa como um importante instrumento de educação ambiental, fortalecimento da participação juvenil e formação de novas lideranças voltadas à gestão sustentável dos recursos hídricos.

3 - Na sequência da reunião, a Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação (CTEACOM) deu prosseguimento aos debates voltados ao planejamento do XI Fórum Água e Juventudes (FAJ), concentrando os debates na definição da programação do evento, na organização das atividades que serão desenvolvidas ao longo do encontro e na integração entre o Fórum e as ações preparatórias realizadas por meio do Pré-Fórum Água e Juventudes (Pré-FAJ).

O debate foi iniciado com a apresentação da proposta preliminar de programação. Durante a apresentação, foi destacado que a programação deverá dialogar diretamente com os resultados produzidos durante o Pré-FAJ. Os membros da Câmara Técnica entenderam que essa integração

3 - entre o Pré-FAJ e o Fórum representa um importante avanço metodológico em relação às edições anteriores.

Nesse contexto, foi amplamente debatida a necessidade de reservar espaço específico para apresentação dos resultados das oficinas realizadas durante o Pré-FAJ. Os participantes defenderam que os produtos elaborados pelos estudantes, especialmente os mapas produzidos por meio da metodologia da cartografia social, sejam apresentados durante o Fórum, permitindo que cada escola compartilhe sua percepção sobre a realidade ambiental do município onde está inserida. Entendeu-se que essa atividade favorecerá o intercâmbio de experiências entre os diferentes territórios, evidenciando tanto problemas comuns quanto especificidades locais relacionadas à gestão dos recursos hídricos.

Durante os debates, também foi ressaltada a importância de promover momentos de integração entre os estudantes antes do início das atividades técnicas. Os membros da Câmara Técnica observaram que muitos jovens participarão do Fórum pela primeira vez e terão contato com estudantes de outros municípios, razão pela qual dinâmicas de acolhimento e integração poderão contribuir para criar um ambiente mais participativo, favorecendo o diálogo e estimulando a construção coletiva das propostas.

Outro aspecto amplamente debatido foi a necessidade de que a programação contemple atividades voltadas ao conhecimento do funcionamento do Comitê de Bacia Hidrográfica. Os participantes entenderam que os estudantes devem compreender como ocorre a gestão participativa das águas, quais são as atribuições do Comitê, das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho, além dos instrumentos de gestão previstos na Política Nacional e na Política Estadual de Recursos Hídricos. Em avaliação dos membros da Câmara Técnica, essa abordagem permitirá que os jovens compreendam que a gestão das águas depende da participação da sociedade e que existem espaços institucionais destinados ao exercício da cidadania ambiental.

O debate também abordou a necessidade de que a programação proporcione equilíbrio entre conteúdos técnicos e atividades participativas. Alguns participantes manifestaram preocupação quanto ao excesso de exposições teóricas, entendendo que eventos destinados ao público juvenil devem privilegiar metodologias dinâmicas, linguagem acessível e atividades interativas. Dessa forma, foi decidido que haverá uma mesa de debate, de forma que essa possa ter mais tempo para apresentação e debates do público, em vez de realizar 2 mesas menores.

Outro tema debatido refere-se à elaboração do documento final do Fórum. Os participantes defenderam que os debates realizados pelos estudantes resultem na construção coletiva de propostas e recomendações voltadas à gestão das águas, permitindo que as contribuições da juventude sejam posteriormente encaminhadas ao Comitê de Bacia como subsídio às futuras ações e deliberações. Ressaltou-se que esse documento representa importante instrumento de valorização da participação juvenil, demonstrando que as manifestações dos estudantes ultrapassam o caráter educativo e podem efetivamente contribuir para o planejamento das ações desenvolvidas pelo Comitê.

Durante a reunião, também foram debatidas diversas necessidades operacionais para garantir a execução da programação proposta. Foi ressaltado que uma programação

3 - excessivamente extensa ou concentrada poderia comprometer o envolvimento dos jovens ao longo do evento, razão pela qual a distribuição equilibrada das atividades deverá constituir uma preocupação da comissão organizadora.

No campo da mobilização, os membros da Câmara Técnica enfatizaram que o sucesso do XI Fórum dependerá da participação efetiva das escolas envolvidas no Pré-FAJ e do comprometimento das equipes pedagógicas. Assim, entendeu-se que a Secretaria Executiva deverá manter diálogo permanente com as instituições participantes, fornecendo orientações sobre a programação, cronograma, deslocamento dos estudantes, documentação necessária e demais informações relacionadas à realização do evento.

Também foram debatidas as contratações indispensáveis para viabilizar a realização do XI Fórum Água e Juventudes. Os participantes destacaram a necessidade de planejamento prévio para contratação dos serviços de infraestrutura, alimentação, transporte, recepção, registro fotográfico, cobertura audiovisual, materiais gráficos, sonorização, equipamentos multimídia, apoio logístico, facilitação das atividades e demais estruturas necessárias ao adequado desenvolvimento da programação.

Como encaminhamento, ficou acordado que a Secretaria Executiva dará continuidade ao detalhamento da programação, incorporando as contribuições apresentadas pela Câmara Técnica e irá compartilhar os documentos com o grupo, em virtude do avançar do horário da reunião, e para que os demais membros ausentes possam compreender os encaminhamentos levantados.

Encaminhamentos:

1) Enviar a proposta metodológica e programação do pré-FAJ aos membros da Câmara Técnica para aprovação após a reunião.
2) Integrar os resultados do Pré-FAJ à programação do XI FAJ, garantindo que os diagnósticos, mapas produzidos por meio da cartografia social e demais produtos elaborados pelos estudantes sejam apresentados e utilizados como base para os debates do Fórum.
3) Articular com as escolas participantes, acompanhando o calendário das instituições de ensino para alinhar o cronograma das atividades do pré-fórum.
4) Providenciar as contratações necessárias para a realização do evento, contemplando os serviços de infraestrutura, alimentação, transporte, equipamentos audiovisuais, materiais gráficos, apoio logístico, e demais serviços indispensáveis ao desenvolvimento da programação.
5) Solicitar uma proposta de orçamento da peça “A Floresta do Luar Não Vai Acabar” e verificar a possibilidade de contratação do espetáculo para compor a atividade cultural do evento.
6) Organizar o cronograma definitivo do XI Fórum, compatibilizando as atividades com a logística de deslocamento das escolas e buscando uma distribuição equilibrada das ações ao longo do evento.
7) Dar continuidade ao planejamento do XI Fórum Água e Juventude, ficando a Secretaria Executiva responsável por consolidar a programação final dos eventos e apresentar a versão revisada à Câmara Técnica para validação.

8) Enviar comunicação aos convidados e verificar a necessidade de ajuda de custo e reembolso de despesa e enviar para a Diretoria Colegiada apoiar o pagamento.

Aprovado em 13/08/2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
THAYNA FERNANDES RIBEIRO TOLEDO
Data: 28/09/2026 10:26:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

THAYNÁ FERNANDES RIBEIRO TOLEDO
Coordenadora